



DA “SELVA” AO SANGUE À VIDA: O DISCURSO HISTORIOGRÁFICO INDÍGENA NO PIAUÍ

MARCUS PIERRE DE CARVALHO BAPTISTA¹

RESUMO

Por que escrevemos? Qual o sentido da escrita? Escrevemos para produzir um registro? Contar uma história? A escrita, assim como a escrita da História, não são processos recentes e inúmeros podem ser os questionamentos e respostas referentes a mesma. Cada indagação e cada resolução estarão vinculadas a um determinado tempo e espaço. Dependerá do local social de produção ao qual aquela escrita encontra-se inserida, conforme Certeau (2011). Interessa-nos neste trabalho discutir sobre como a historiografia referente ao indígena transformou-se, particularmente como a perspectiva sobre este mudou ao longo da historiografia piauiense, desde o momento em que se começa a abordar sobre o índio na segunda metade do século XX até a primeira década do século XXI. Percebe-se a relevância do estudo sobre a historiografia indígena piauiense para a compreensão de como esta se transformou ao longo do tempo, bem como para discutir o discurso de genocídio e etnocídio construído no Piauí acerca dos indígenas. O objetivo da pesquisa foi analisar como a historiografia piauiense percebe o índio e como esta percepção transformou-se ao longo do tempo. A metodologia constou de pesquisa bibliográfica, através da qual se realizou o levantamento bibliográfico das obras de cunho científico que trabalham com o objeto de investigação proposto, produzindo-se fichamentos de cada uma para uma melhor compreensão da temática e a possibilidade de um diálogo com os autores trabalhados. As concepções teóricas trabalhadas incluíram o conceito de discurso na perspectiva de Foucault (2008), focando-se na construção singular do discurso de genocídio e etnocídio indígena no Piauí e o de identidade, a partir da abordagem de Hall (2005) que a entende enquanto um processo em construção, móvel, múltiplo e cambiante ao longo do tempo. Ao final da pesquisa foi possível dividir a historiografia indígena piauiense em três momentos: O primeiro nas décadas de 1950 a 1980, que legitima o discurso do extermínio, além de perceber o índio enquanto selvagem. O segundo das décadas de 1990 ao início da década de 2000, no qual o indígena deixa de ser visto enquanto um selvagem, mas sim como um ser cultural, nem inferior e nem superior aos outros, mas ainda trabalhando com o discurso do extermínio. E, o terceiro, da década de 2000 até a década de 2010, com o ressurgimento de grupos autodeclarados indígenas e o revisionismo da historiografia indígena piauiense.

PALAVRAS CHAVE: Historiografia Piauiense. Historiografia Indígena. Discurso. Identidade Cultural

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

¹ Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Especialista em História Sócio-Cultural pela Faculdade do Médio Parnaíba – FAMEP. Atualmente cursando Mestrado em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí – UFPI.

Por que escrevemos? Qual o sentido da escrita? Escrevemos para produzir um registro? Contar uma história? A escrita, assim como a escrita da História, não são processos recentes e inúmeros podem ser os questionamentos e respostas referentes a mesma. Cada indagação e cada resolução estarão vinculadas a um determinado tempo e espaço. Dependerá do local social de produção ao qual aquela escrita encontra-se inserida, conforme nos lembra Certeau (2011). Interessa-nos neste trabalho discutir sobre como a historiografia referente ao indígena transformou-se, particularmente como a perspectiva sobre este mudou ao longo da historiografia piauiense, desde o momento em que se começa a abordar sobre o índio na segunda metade do século XX até a primeira década do século XXI. Ao refletirmos, então, sobre a história, a memória e a cultura dos indígenas brasileiros pode-se dizer que por muito tempo esta foi colocada de lado ou estudada apenas em seu contato com os europeus, geralmente focando no extermínio e aculturação dos primeiros. Considerando, então, que as diversas etnias que ocupavam o Brasil antes da chegada dos portugueses foram elementos importantes dentro da construção da sociedade e da cultura brasileira percebe-se a importância do estudo dessas comunidades para uma melhor compreensão sobre a formação do povo brasileiro.

Sendo assim, é necessário destacar que ao se tratar do Piauí a historiografia até o final do século XX afirma que o elemento indígena piauiense foi completamente exterminado. Contudo, estudos recentes discordam desta perspectiva ao afirmar que ainda existem povos indígenas no Piauí. Além disso, alguns grupos que habitam o Piauí passaram a reivindicar o seu reconhecimento como povos indígenas, como os Tabajara uma comunidade que vive em Piripiri, município da região norte do estado, reconhecida pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI em 2010 através da portaria nº 344/PRES de 10 de março do mesmo ano que delega à Coordenação Regional deste órgão sediado em Fortaleza (CE) a responsabilidade de prestar assistência às comunidades indígenas do Piauí. Percebe-se, então, a relevância do estudo sobre a historiografia indígena piauiense para a compreensão de como esta se transformou ao longo do tempo, bem como para discutir o discurso² de genocídio e etnocídio construído no

² Aqui se entende discurso na perspectiva foucaultiana no que se refere à complexidade acerca da definição do por que da construção de determinados discursos. Para o autor a “[...] questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu

estado acerca dos indígenas. A partir deste contexto o **objetivo** da pesquisa foi analisar como a historiografia piauiense percebe o índio e como esta percepção transformou-se ao longo do tempo.

A metodologia adotada neste trabalho constou de pesquisa bibliográfica, “modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos” (OLIVEIRA, 2010:69), cuja finalidade consiste em possibilitar o contato direto do pesquisador com o tema, extraindo deles o conteúdo de interesse, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta. No que concerne às concepções teóricas foram trabalhados o conceito de discurso na perspectiva de Foucault (2008), focando-se na construção singular do discurso de genocídio e etnocídio indígena no Piauí e, principalmente, o de identidade, compreendendo-se este a partir da abordagem de Hall (2005) que entende a identidade enquanto um processo em construção, móvel, múltiplo e cambiante ao longo do tempo.

Realizou-se assim o levantamento bibliográfico das obras de cunho científico que trabalham com o objeto de investigação proposto, bem como se produziu fichamentos de cada uma em particular para uma melhor compreensão da temática e a possibilidade de um diálogo com os autores trabalhados. Ao final da pesquisa foi possível dividir a historiografia indígena piauiense em três momentos que serão trabalhados ao longo deste texto. Como, então, a historiografia indígena piauiense percebeu o índio ao longo do tempo? Quais transformações pode-se perceber na mesma? A partir da análise dos historiadores piauienses e de sua escrita referente aos indígenas pode-se perceber três períodos distintos. Inicia-se pelo período que reúne os primeiros historiadores a discutirem sobre o indígena no Piauí, sendo representados, principalmente, por Nunes (2007)³, Chaves (2011) e Castello Branco (2011)⁴, e que serão analisados a seguir.

lugar? [...] A análise do campo discursivo [...] trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação excluem. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar.” (FOUCAULT, 2008:30-31).

³ Embora estejamos utilizando uma edição mais recente, cabe salientar que a primeira edição desta obra, “Pesquisas para a História do Piauí – Volume 1”, de Odilon Nunes, é de 1966 e que a edição utilizada para este trabalho não teve alterações significativas que mudassem o sentido da obra.

⁴ No caso de Chaves (2011) e Castello Branco (2011) suas primeiras edições são, respectivamente, 1953 e 1984. Para este trabalho optou-se por utilizar esses textos conforme reproduzidos na obra “História dos Índios do

Da “selva” para o discurso historiográfico

Pode-se dizer que a historiografia indígena piauiense⁵ tem início com os textos de Chaves (2011), Nunes (2007) e Castello Branco (2011) das décadas de 1950 a 1980⁶. Podemos situá-los como fazendo parte da primeira leva de autores a discutirem sobre o indígena no Piauí. Nesse primeiro momento, apesar da narrativa historiográfica ressaltar as diferenças presentes entre os povos indígenas, ainda assim percebe-se uma vinculação do índio ao selvagem, bem como uma uniformização de sua cultura, por conseguinte de sua identidade.

Nunes (2007), por exemplo, embora comente sobre essa diversidade que existia entre os povos que habitavam o território do que viria a ser o Piauí aponta para uma inferioridade da cultura indígena. Vejamos o seguinte trecho sobre os indígenas brasileiros no período da conquista: “Como sabemos, eram talvez os aborígenes brasileiros os mais atrasados ameríndios” (NUNES, 2007:55). Neste segmento Nunes (2007) aponta o grau de evolução cultural dos nativos brasileiros e continua seu destaque comparando-o aos outros povos da América, buscando analisar e descrever a cultura do indígena brasileiro a partir do viés do evolucionismo antropológico. Nunes (2007:56) dá continuidade a esse pensamento ao dizer que: “[...] eram talvez os brasileiros, na época do Descobrimento, os mais atrasados habitantes das Américas. Viviam nus e não poucos praticavam a antropofagia, não apenas em obediência a um rito, o que por vezes ocorria, mas também levados pela necessidade alimentar, até mesmo pela voracidade”. Apesar de buscar fazer uma história geral do Piauí, a escrita do autor é fruto do tempo em que viveu, de seu local social de escrita, conforme nos lembra Certeau (2011) acerca da escrita da História.

Piauí” organizado pela Professora Dra. Claudete Maria Miranda Dias e a Professora Patrícia de Sousa Santos. De maneira similar a edição utilizada da obra de Odilon Nunes neste livro teve reprodução na íntegra do texto de Monsenhor Joaquim Chaves e Moisés Castello Branco, não alterando, assim, os sentidos deste.

⁵ Ressalta-se aqui que se aponta enquanto “historiografia indígena piauiense” autores que produziram obras focadas exclusivamente ou principalmente na figura do indígena, independente da análise proposta.

⁶ Antes destes autores havia a presença da figura do indígena em outras obras, a exemplo da “Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí” de José Martins Pereira d’Alencastre e “Cronologia Histórica do Estado do Piauí” de Francisco Augusto Pereira da Costa. A principal diferença que se tem com os estudos de Chaves (2011), Nunes (2007) e os autores que se seguem a partir da segunda metade do século XX e início do século XXI referem-se às perspectivas sobre o nativo e a análise empregada, principalmente buscando compreender as relações estabelecidas entre os indígenas e o europeu, embora na maior parte das obras apontou-se o conflito agravado pelo genocídio e extermínio enquanto principal relação.

Outros autores seguiram uma linha de pensamento similar e ao se referir ao indígena também buscaram fazer uma história do processo de espoliação e extermínio do nativo frente ao europeu, Chaves (2011) sendo um destes. Contudo, diferentemente de Nunes (2007), Chaves (2011) não busca a compreensão da escala evolutiva cultural dos indígenas. Em sua obra buscou produzir uma história do índio no solo piauiense à luz da documentação produzida pelo Estado. Ressalto aqui que sua narrativa é um tanto curiosa e emblemática. Primeiramente, o autor aponta todos os indígenas que viviam em solo piauiense em meados do século XVIII. Em segundo lugar, ao mesmo tempo em que aponta o nativo na condição de selvagem, ao referir-se a luta de conquista, também coloca o europeu em posição análoga como podemos constatar no seguinte trecho:

Os selvagens foram surpreendidos nalgum ponto da costa, do lado do Piauí, e facilmente desbaratados. Mas o branco civilizado enodoou a vitória com um ato repugnante de selvageria: consentiu que os índios aliados exterminassem brutalmente as criancinhas tremembés aprisionadas. É o próprio Governador, Inácio Coelho da Silva, que relata o nefando crime, em carta, para o príncipe regente [...] (CHAVES, 2011:50).

É inegável que o autor via o nativo enquanto selvagem. Contudo é curioso que coloque o europeu no mesmo patamar, principalmente ao ressaltar o “branco civilizado” ao que para ele foi um ato de um selvagem. É em outro trecho, porém, ao falar sobre o levante geral dos nativos contra o europeu que temos a confirmação da perspectiva de Chaves (2011:50) sobre o indígena:

De 1712 para 1713 houve o levante geral de todos os Tapuias do norte. Dessa vez, os selvagens obedeciam à orientação de um índio perigoso, que se chamava Mandu Ladino. Não era um bárbaro na expressão da palavra: havia sido educado pelos padres da Companhia de Jesus.

Mais uma vez o autor se refere ao nativo enquanto selvagem. E o indígena que recebe o nome de Mandu Ladino, por organizar um levante contra o conquistador, apenas sai da condição de selvagem por ter sido educado pelos padres europeus, ou seja, sua suposta assimilação o coloca na condição de civilizado. No caso da visão de Chaves (2011) é interessante ressaltar também que, embora percebesse o nativo enquanto selvagem, destaca a opressão que o europeu trouxe e submeteu ao ameríndio brasileiro. Ao discorrer sobre a

assimilação do indígena à civilização, ou seja, o processo civilizatório, Chaves (2011:51) coloca que os indígenas

Amando em extremo a sua liberdade, reagiram violentamente quando perceberam a intenção do branco de escravizá-los. Para desagravarem aquilo que supunham ser a sua honra ofendida pelo injusto agressor agrediram, e cometeram inúmeras atrocidades. Mas, por ventura, teriam sido maiores e mais requintadas do que as que sofreram por parte do seu contendor, o branco civilizado? A história diz que não.

Ao mesmo tempo em que o autor percebe o indígena enquanto selvagem, aponta a selvageria que o mesmo sofreu com o processo de conquista do território piauiense, mais uma vez ressaltando o branco civilizado enquanto causador dessas inúmeras atrocidades, as quais, para Chaves (2011), cabe à História o julgamento. Por fim, deve-se notar mais um aspecto na escrita do referido autor sobre os indígenas ao encerrar seu texto mais uma vez discorrendo sobre como o selvagem foi uma vítima do homem branco civilizado, como as tribos mais guerreiras foram exterminadas e as mais fracas assimiladas em um processo de mestiçagem. Contudo, é o seguinte trecho que nos chama atenção e torna-se pertinente para o trabalho em questão: “Rendamos, pois, sincera homenagem à bravura inextinguível dos nossos índios, interessando-nos mais vivamente pela sua história, que é o princípio de nossa história.” (CHAVES, 2011: 57).

Embora o autor aponte a importância de conhecermos a história, conseqüentemente a memória destes povos, através da documentação de época e dos registros arqueológicos, trata os indígenas como um povo alheio ao momento em que vive, como se não existissem mais. Sobre isto, Costa (2013:353) nos diz: “Mesmo aqueles que escrevem defendendo a causa desses índios mortos e misturados, denunciando o genocídio e fazendo uma justiça declaradamente tardia, continuam de certa forma, a matar os índios nos seus textos”.

A crítica feita por Costa (2013) à maneira como a historiografia piauiense vem produzindo sua narrativa cabe perfeitamente aqui. É possível que, no caso, Chaves (2011) não tivesse conhecimento sobre a existência de indígenas no Piauí? Sem dúvidas isso é o mais provável. Devemos sempre lembrar o momento que a escrita de alguém é produzida e que a

própria noção de cultura na época era outra, lembrando, logicamente, que isso não impede a análise do discurso produzido, o discurso do extermínio⁷.

Outro autor a tratar da questão do indígena em solo piauiense é Castello Branco (2011). Diferente dos outros historiadores aqui retratados, em sua escrita há uma tentativa mais imparcial de se construir a história destes povos que habitaram o Piauí, procurando distanciar-se de seus sujeitos de estudos, tentando não os colocar enquanto inferiores ao europeu e nem vice-versa, embora o autor termine produzindo esse discurso de inferioridade e de atrelamento do nativo a selvageria ao nomeá-los enquanto silvícolas, conforme visto a seguir.

Para o autor “No Piauí, não há tradições indígenas. Três séculos após o desbravamento da terra, os descendentes dos silvícolas estão integrados na família rural piauiense. Não há colônias de índios, em luta por terras” (CASTELLO BRANCO, 2011:67). Temos aqui mais uma vez o indígena sendo considerado enquanto um habitante da selva. Além disso, outro ponto interessante a ser destacado acerca dos descendentes dos indígenas, principalmente no que tange a cultura destes no Piauí a partir do segmento anterior, refere-se à percepção do autor sobre a cultura e identidade indígena.

Para Castello Branco (2011), então, percebe-se que a identidade e a cultura do indígena se perderam nas areias da ampulheta do tempo. As tradições se perderam. Os modos de fazer deixaram de existir. Destaca-se, no entanto, que a realidade se transformou. Se no momento da produção de sua escrita, nos anos 1980, não havia povos indígenas autodeclarados no estado do Piauí que buscavam não apenas o reconhecimento de sua identidade cultural, mas também a demarcação de suas terras, não é o caso dos anos 2000 em diante, sobressaindo-se principalmente os Tabajaras de Piripiri. No entanto, deve-se analisar o motivo de só no início do século XXI se perceber o ressurgimento dos povos indígenas no Piauí reconhecendo-se enquanto tais e buscando demarcação de seus territórios.

⁷ Cabe ressaltar que no prefácio a terceira edição da obra de Monsenhor Joaquim Chaves de 1994, “O Índio no Solo Piauiense”, Paulo Machado, autor de “Trilhas da Morte” (ano), aponta esta, como uma obra de revisão historiográfica que desconstrói a farsa do Branco herói e do nativo enquanto o vilão, discurso construído pelos cronistas e intelectuais piauienses até a primeira metade do século XX. Para ele, Monsenhor Joaquim Chaves em sua narrativa possibilita uma nova visão sobre este índio, no sentido de compreendermos que os índios, muito além da vilania imposta a eles, foram vítimas do processo “civilizatório” perpetuado pelos brancos ditos “civilizados”. Ao mesmo tempo em que Monsenhor Joaquim Chaves denuncia a “farsa” do heroísmo branco e da vilania do indígena, apontando o processo de civilização enquanto a perpetuação de um genocídio, João Paulo Peixoto Costa (2013) denuncia a farsa do extermínio presente na historiografia indígena piauiense, apontando a necessidade de novos estudos que superem as relações de conflito e que abarquem os remanescentes indígenas no Piauí.

Do sangue do extermínio a sujeito de sua história

Até aqui viemos apresentando algumas obras de autores piauienses que trabalham com o indígena em solo piauiense e como estas produziram suas perspectivas acerca do índio, considerando-o, principalmente, enquanto um selvagem. A partir do final da década de 1980, outra perspectiva figura na escrita da História, uma que, apesar de continuar focando-se no processo de extermínio indígena, reconhece sua cultura enquanto diferenciada da europeia e não mais como inferior. Neste novo ideário pode-se citar Baptista (1994). Este historiador, ao contrário dos que o precederam, não buscou produzir uma interpretação própria sobre a história indígena ou sobre quem eram, mas buscou agregar todas as informações sobre os povos indígenas no Piauí, desde o primeiro registro produzido até o último, na década de 1990, período de publicação do livro. É interessante ressaltar sua obra porque dentro dela somos apresentados a diversas perspectivas diferentes sobre quem é o índio e sobre seu contato com o europeu, ficando perceptível como essas visões transformam-se ao longo do tempo.

Baptista (1994), mesmo sem a produção de uma análise, percebe que o “índio” é uma construção e que não existe apenas uma definição. Isto é, considerando que podemos definir ou denominar um ser humano, o autor desconsidera por completo os processos de identificação de um indivíduo.

Vale salientar que Baptista (1994), em sua narrativa a partir dos registros produzidos, demonstra também que o nativo não aceitou seu extermínio ou redução à “civilização” sem oferecer resistência, algo que culminou em episódios como o de Mandu Ladino e outros que vieram depois, como o extermínio perpetuado pelos Castelos Branco, principalmente após a expulsão dos jesuítas. Outro aspecto que o autor aponta seria a própria discrepância nos registros da época, visto que ao mesmo tempo em que a coroa portuguesa declara “livres” os indígenas, uma ordem real também comanda a Pereira Caldas, governador da capitania do Piauí na segunda metade do século XVIII, a guerra aos indígenas.

O autor discute sobre outro ponto que é preciso ser comentado: a cultura indígena e os aspectos culturais referentes aos indígenas que estão inseridos em nossa sociedade. Apresentando assim que mesmo em sua perspectiva não existindo mais índios no Piauí, seu legado cultural permanece presente na cultura piauiense.

Ressalta-se que sua escrita é fruto de seu tempo e que na época que a obra foi produzida, década de 90 do século XX, não havia grupos no Piauí que se autodeclaravam indígenas, o que levou ao autor a perceber sua importância para nossa sociedade principalmente na influência cultural, legitimando, assim, mais uma vez o discurso de extermínio, sendo que este só possível em virtude do lugar social que o proponente ocupava.

Não foram poucos os autores que escreveram sobre os indígenas no Piauí. Outro que merece destaque aqui é Machado (2002), que trabalha com um aspecto significativo para a compreensão da construção de uma identidade cultural indígena no Piauí. Para além do extermínio e genocídio que o autor, assim como outros, também aborda em sua narrativa temos aqui um aspecto ainda mais singular, uma análise do aldeamento indígena aplicado pelos Jesuítas durante o período colonial. Para o autor

Os aldeamentos foram sendo instalados [...] com a finalidade de garantir a consecução do processo de aculturação dos indígenas, para torná-los, submissos às normas de comportamento impostas pelos missionários jesuítas e pelos militares. [...] Cumpriram, assim, os aldeamentos, a função de campos de trabalhos forçados, sob a administração de clérigos e militares, e possibilitaram a submissão dos indígenas aldeados à doutrina religiosa à disciplina militar, com a consequente perda de suas identidades culturais (MACHADO, 2002:07).

Destaca-se aqui a “pacificação” do elemento nativo através dos aldeamentos como parte do processo de conquista do território piauiense. Machado (2002) aponta, nesse sentido, para o caráter violento presente nestas tentativas de aldear os nativos, visto que ao mesmo tempo em que as tribos aldeadas viviam em uma situação de miséria, também eram submetidos à doutrina religiosa e à disciplina militar. Ou seja, sofriam não apenas uma violência física, mas também uma violência simbólica⁸ e psíquica⁹. Dessa forma, Machado (2002), além de corroborar com a tese de que os indígenas piauienses foram todos dizimados, vai além, ou seja, coloca que não ocorreu apenas um genocídio, mas também um etnocídio na medida em que em sua perspectiva houve a perda da identidade cultural dos índios que foram aldeados.

⁸ Refere-se a uma forma de violência não física na qual as pessoas tendem a aceitar situações injustas ou inadequadas, tornando naturais essas relações (SOUZA, 2008).

⁹ Corresponde àquela violência que impõe à vítima a obrigação de fazer algo conflitante com seus próprios interesses, desejos e vontades, provocando, por fim, danos irreparáveis à pessoa em questão (CHAUÍ, 2000).

À medida que o autor trabalha com uma perda da identidade cultural pode-se ter uma ideia de que sua visão se refere à identidade enquanto algo estático, imutável no tempo e espaço. E que, ao contato e redução dos indígenas à cultura europeia, para o autor ocorreu a perda desta identidade. Contudo, devemos lembrar que a perspectiva adotada para este trabalho é aquela utilizada por Hall (2005), e que aqui consideramos as identidades enquanto múltiplas, ou seja, transformam-se ao longo do tempo, do espaço e do contato com culturas diferenciadas.

Encerra-se o segundo momento da historiografia indígena piauiense, no qual os autores não mais percebem o indígena enquanto inferior, embora continuem a discorrer sobre o mesmo enquanto exterminado, legitimando o discurso do extermínio. Inicia-se, então, o terceiro período da historiografia indígena no Piauí, do início dos anos 2000 até os anos 2010, no qual os trabalhos que vem sendo produzidos trazem uma nova perspectiva e buscam produzir um revisionismo historiográfico, questionando o discurso do genocídio que até então imperava na academia. Aliado a isso na primeira década do século XXI ocorre o reaparecimento de grupos autodeclarados indígenas que impulsionam a crítica ao discurso outrora produzido.

Nesse sentido, a obra de Borges (2006), já escrita dentro desse novo contexto de revisionismo nos apresenta uma perspectiva singular ao se referir aos indígenas, no caso em questão, os Tremembés. Esta, por sua vez, não apenas trabalha com o passado histórico dos mesmos, mas leva em consideração a luta atual destes povos que ainda habitam a região pelo direito de se reconhecerem enquanto tais. A autora em sua obra diz o seguinte:

Atualmente, a luta dos tremembés de Almofala não se traduz, apenas, por uma disputa pela terra, mas também pelo seu reconhecimento como “povo indígena” e pelo direito de ter a sua própria história repassada aos seus descendentes. Desta forma, ao se tentar construir uma história tremembé, é imperativo ouvir suas vozes (BORGES, 2006:104).

Borges (2006), neste trecho e considerando um depoimento do cacique dos Tremembés que registra em seu texto, aponta a importância do papel que os indígenas possuem na construção de sua própria história e em seu processo de identificação enquanto indígenas. Vale evidenciar que Said (1993) já destacava a importância que os povos oprimidos tinham e têm ao se pensar sua cultura, visto que tudo que o povo opressor tem a

dizer sobre os oprimidos é passível de questionamento pelos mesmos. É justamente por isso que se torna imprescindível a fala do cacique e dos próprios Tremembés, de uma forma geral.

Outro ponto levantado pela autora no que concerne aos Tremembés é justamente o motivo dos mesmos terem se negado enquanto indígenas e remanescentes desta cultura. A resposta do cacique acerca disso é emblemática. O mesmo responde que negaram a própria cultura por conta da perseguição sofrida ao longo dos séculos pelos jesuítas, pelos portugueses, fazendo com que negassem sua cultura para escapar da perseguição feita pelos europeus. Neste caso, a discussão sobre a necessidade da evidência da fala do próprio índio é fundamental para se pensar em um processo de construção de identidade ou de identificação.

Ressalta-se aqui um questionamento. O que haveria ocorrido para a mudança do discurso produzido pelos Tremembés estudados por Borges (2006)? O que teria possibilitado essa alteração em um discurso disciplinador produzido por tantos séculos, moldados pela conquista e dominação da cultura europeia? Quando pensamos em processos de identificação na pós-modernidade para Hall (2005), um dos elementos que podem levar a formação dessas identidades múltiplas são os discursos disciplinadores presentes nas relações sociais entre povos diferentes. Então, o que mudou? A valorização das diferentes etnias que compõem o Brasil por parte da academia? A legitimação por parte do discurso do governo da necessidade de se estudar os povos indígenas e os descendentes de africanos e suas culturas para construção de uma sociedade inclusiva? Até que ponto a política pública legitimada a partir dos anos 2000 influencia na identificação desses povos em relação a sua própria condição cultural? Será que os Tabajaras em Piri-piri também reapareceram por motivos similares?

Além de perceber a importância presente na reconição dos Tremembés enquanto povo, Borges (2006) vai além, abandonando a discussão acerca do genocídio, tema bastante presente na historiografia piauiense, conforme podemos ver no trecho a seguir:

Longe da dicotomia simplista que classifica as culturas indígenas entre anjos ou demônios, os tremembés, como quaisquer outros homens, tentaram preservar seus interesses e domínios a todo custo. Eles reagiram às tentativas de dominação, se aliando ou combatendo os estrangeiros segundo as suas necessidades, sendo verdadeiros mercenários em algumas ocasiões. De toda forma, algumas de suas ações derrubam a visão idílica de “índios inocentes” que foram “exterminados” pelo branco mais ardiloso (para não usar a palavra implícita, “inteligente”) (BORGES, 2006:114).

Aqui temos o indígena enquanto sujeito da história ao invés de mera vítima do processo histórico. Refere-se ao mesmo enquanto humanos dotados de interesses e necessidades, deslocando a História para trabalhar com a perspectiva que estes povos possuíam. Uma História percebida através dos povos que durante tanto tempo foram marginalizados e que agora se tornam protagonistas desta, verificando-se assim a mudança na perspectiva historiográfica em relação a estes últimos.

No que se refere à historiografia piauiense indígena, Borges (2006) representa um novo momento¹⁰, no qual já não se percebe mais o indígena enquanto inferior, nem pretende discutir apenas o processo de extermínio e espoliação. Muito pelo contrário, sua problemática aqui é outra, preocupa-se não apenas com as diferentes maneiras utilizadas pelos Tremembés para manter sua autoridade e reagir à conquista europeia, mas também com a situação atual daqueles que descendem deste povo e como estes podem lutar pelo direito de serem reconhecidos enquanto tais, ou seja, pelo reconhecimento a sua identidade Tremembé.

Outro autor que se pode destacar e que se insere neste período mais atual é Franco (2014), com seu breve estudo acerca dos indígenas que habitam o Piauí no século XXI. Em seu texto, o autor aponta uma tradição historiográfica que tende a se referir aos indígenas enquanto povos que sofreram um genocídio ou etnocídio. Longe de negar estes últimos, o autor busca evidenciar que, apesar do massacre ocorrido, os povos indígenas buscaram maneiras de resistir e sobreviver até os dias atuais, destacando o efeito que este processo violento teve na memória destes povos. Deste modo, para Franco (2014:05), as narrativas orais dos indígenas remanescentes no Piauí encontram-se “hegemonicamente entre lembranças e esquecimentos, silenciadas pelo processo violento de genocídio e etnocídio cometidos em nome da fé e da ganância mercantilista de 1500 em diante”.

O autor produz esta perspectiva a partir da análise da própria oralidade dos indígenas piauienses, particularmente os Tabajaras de Piripiri. Destaca-se também sua negação em torno do extermínio dos indígenas a partir da exposição de dados censitários que apontam a existência de 2305 pessoas que se identificaram enquanto índios em 2010 no Piauí e, além

¹⁰ João Paulo Peixoto Costa posteriormente também alertou sobre essa transformação no enfoque historiográfico e na relevância que o trabalho apontado teve para que outras temáticas, que não apenas o genocídio, fossem estudadas ao se pensar a história indígena piauiense (COSTA, 2013).

disso, a identificação de três etnias remanescentes no Piauí pela FUNAI nos anos 2000 (FRANCO, 2014).

Franco (2014), de maneira análoga a Borges (2006), aponta a importância de se considerar a experiência dos indivíduos e desta enquanto formadora de uma consciência coletiva indígena, fundamental não apenas para a reivindicação de seus direitos, mas também de sua própria identidade. O autor questiona também quais outras histórias teriam sido silenciadas ao longo do tempo e reflete sobre a relevância da oralidade para a construção da história de povos historicamente marginalizados.

Dessa forma, podemos dividir a historiografia indígena piauiense em três momentos: o primeiro momento por volta da década de 1950 a 1980, a partir de pesquisadores como Odilon Nunes, Monsenhor Chaves e Moysés Castello Branco¹¹, que percebiam o indígena enquanto um bárbaro com uma cultura inferior à do europeu.

O segundo momento do final da década de 1980 até o começo dos anos 2000 através de pesquisadores como João Gabriel Baptista, Paulo Machado, dentre outros¹², que já compreendiam o nativo enquanto um ser cultural, com uma cultura diferenciada do europeu, nem inferior ou superior, contudo o foco de seus trabalhos encontra-se na discussão em torno do genocídio perpetuado contra os indígenas e como isso teria levado ao desaparecimento do elemento nativo do Piauí nos dias atuais.

E o terceiro momento, indo dos anos 2000 até a década de 2010, principalmente, com os trabalhos de Jóina Freitas Borges, Roberto Kennedy Gomes Franco e João Paulo Peixoto Costa, nos quais presenciamos uma transformação na perspectiva adotada acerca dos índios, não mais focando no extermínio, mas sim no indígena enquanto sujeito de sua história. Se

¹¹ Questiona-se como a produção deste conhecimento pode influenciar em uma construção acerca de uma perspectiva sobre o indígena ou sobre os eventos referentes ao seu passado? Quando nos referimos a historiografia piauiense podemos pegar exemplos de obras que foram e são influenciadas por esses autores e que estão inseridos nesse contexto, terminando por reproduzir certos discursos hegemônicos. Um exemplo disso é a tese de doutorado de Tanya Maria Pires Brandão, produzida durante a década de 1980, que, ao discorrer sobre a formação da elite colonial piauiense e suas redes familiares, por diversas vezes refere-se ao momento de conquista e espoliação do território que viria a ser o Piauí como um momento ou fase “heroica”, retomando o discurso produzido por esse primeiro momento da historiografia piauiense indígena. É a partir destas análises que se pode perceber a força deste discurso e até que ponto o mesmo pode influenciar a sociedade.

¹² É preciso lembrar que outros estudos acerca dos indígenas foram realizados no Piauí, contudo optou-se por trabalhar com os já mencionados por estes terem sido considerados mais relevantes ao se considerar a construção de uma perspectiva sobre o indígena, ou seja, sua identidade. Porém, citam-se outros autores que trabalharam com a temática e que se inserem neste segundo momento, nesta percepção da cultura diferenciada do nativo, voltando seu olhar, prioritariamente, para o extermínio e etnocídio. Estes sendo: Wilson Correia, Luiz Mott, Reginaldo Miranda, João Renôr F. de Carvalho, Claudete Miranda Dias e Ana Stella de Negreiros Oliveira.

finda também a ideia de que os indígenas piauienses foram totalmente exterminados e temos o reaparecimento de grupos reivindicando suas identidades enquanto tais, como os Tabajaras de Piripiri.

O quadro 1 resume a periodização descrita.

Quadro 1 – Historiografia Indígena Piauiense

PERÍODO / DÉCADAS	PERSPECTIVA	PRINCIPAIS AUTORES
1950 a 1980	Inferioridade Cultural e Genocídio	Odilon Nunes Monsenhor Chaves Castello Branco
1990 a 2000	Genocídio e Etnocídio	João Gabriel Baptista Paulo Machado Wilson Correia Luiz Mott Reginaldo Miranda João Renôr F. de Carvalho Claudete Maria Miranda Dias ¹³ Ana Stella de Negreiros Oliveira
A partir dos anos 2000	Revisionismo historiográfico e reaparecimento de grupos indígenas no Piauí	Jóina Freitas Borges Roberto Kennedy Gomes Franco João Paulo Peixoto Costa

Fonte: Baptista, 2016.

O estudo realizado demonstra os diferentes discursos construídos sobre o indígena no Piauí e como os mesmos se transformaram ao longo do tempo, perpassando pela perspectiva do índio enquanto inferior e selvagem ao índio aldeado e exterminado e ao índio ressurgido em busca de sua identidade.

6 CONCLUSÃO

¹³ É importante ressaltar o quão complexo e complicado é inserir autores em determinadas linhas de pensamento e de produção historiográfica. Claudete Maria Miranda Dias embora possa ser inserida no segundo momento da historiografia indígena piauiense, discutindo a questão do genocídio e etnocídio, da mesma maneira é possível inseri-la no terceiro momento dessa mesma historiografia. Pode-se colocar isto a partir da leitura de sua Introdução para a obra “História dos Índios do Piauí” organizada também por ela. Na introdução da obra a Professora Claudete reutiliza e atualiza em certos pontos um artigo seu escrito nos anos 1980 que trata da guerra de colonização e como esta levou ao extermínio do índio no Piauí. No entanto, ao final da Introdução, já ao discorrer um pouco sobre a obra organizada e os textos presentes na mesma, a autora traz na primeira edição de 2011 a informação do último censo do IBGE de 2010 com alguns grupos que já se autoproclamavam enquanto índios e na nova edição publicada em 2016 a autora amplia o final de sua Introdução apontando não apenas os números do censo do IBGE de 2010, mas também os grupos já identificados no Piauí pela FUNAI, bem como a política adotada pelo governo do estado do Piauí de reconhecimento e ampliação dos estudos sobre o índio no solo piauiense.

Infere-se a partir da análise realizada que o discurso produzido na historiografia piauiense transformou-se com o passar do tempo, refletindo o pensamento da época na qual foi escrito e também na perspectiva sobre o indígena.

Pode-se dizer que na historiografia piauiense distinguem-se três perspectivas de análise da questão indígena no estado do Piauí:

- ✓ O Índio inferiorizado e exterminado, retratado por Nunes, Chaves e Castello Branco.
- ✓ O índio aldeado e exterminado, como indica Baptista e Machado; dentre outros.
- ✓ O índio ressurgido em busca de sua ressignificação identitária, discutido por Borges, Franco e Costa.

Certa vez Ribeiro (2006) disse que para além das fronteiras da civilização os indígenas brasileiros poderiam ser encontrados isolados em micro tribos ao longo do território nacional. Penso que no caso dos indígenas que habitam o Piauí o mais acertado seria dizer que para além das fronteiras dos livros eles permanecem, lutam e sobrevivem e à sociedade falta a sensibilidade para compreendê-los e aceita-los.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, João Gabriel. **Etnohistória indígena piauiense**. Teresina: EDUFPI / APL, 1994. 115p.

BORGES, Jóina Freitas. **Sob os areais: Arqueologia, História e Memória**. 333f. 2006. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2006.

CASTELLO BRANCO, Moysés. O índio no povoamento do Piauí. In: DIAS, Claudete Maria Miranda; SANTOS, Patrícia de Sousa. (Orgs.). **História dos Índios do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2011. 549p.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. 432p.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira (Pe). O índio no solo piauiense. In: DIAS, Claudete Maria Miranda; SANTOS, Patrícia de Sousa. (Orgs.). **História dos Índios do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2011. 549p.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira (Pe). O índio no solo piauiense. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. 64p.

COSTA, João Paulo Peixoto. A farsa do extermínio: reflexões sobre a historiografia indígena no Piauí. In: MENDES, Algemira de Macedo; FERREIRA, Elio; COSTA, Margareth Torres de Alencar (Org.). **Literatura, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: memória, identidade, ensino e construções literárias**. v. 2. Teresina UFPI/ UESPI, 2013.

DIAS, Claudete Maria Miranda; SANTOS, Patrícia de Sousa. (Orgs.). **História dos Índios do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2011. 549p.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANCO, Roberto Kennedy Gomes. Histórias Orais dos Remanescentes Indígenas no Território do Piauí no Século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL: POLÍTICA. ÉTICA E CONHECIMENTO, 21, 2014, Teresina. **Anais....** Teresina: ABHO, 2014.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. Portaria Nº 344/PRES, de 10 de março de 2010. Separata de: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. **Boletim de Serviço da FUNAI**, Brasília, Ano XXIII, n. 04-05, p. 5, fev-mar/2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Dp&A, 2005.

MACHADO, Paulo Henrique Couto. **As trilhas da morte: extermínio e espoliação das nações indígenas na região da bacia hidrográfica parnaibana piauiense**. Teresina: Corisco, 2002. 57p.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2007. v.1.



OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SAID, Edward Wadie. **Culture and Imperialism**. New York: Vintage Books, 1993. 380p.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. **Sociologia da Violência e do Controle Social**. Curitiba, IESDE, 2008, v. 1.